

FINANÇAS PÚBLICAS —

Desequilíbrio recorde

ORÇAMENTOS — Como vem ocorrendo há vários anos, o setor financeiro governamental constitui-se em 1961 num dos principais agentes aceleradores do processo inflacionário que caracteriza de modo marcante a economia nacional. Nesse ano agravou-se sobremaneira o desequilíbrio das finanças públicas, em virtude principalmente do registro de novo recorde no deficit de caixa do Tesouro Nacional. O nível dos gastos na área federal superou largamente o dos recursos ordinários proporcionados pelo respectivo sistema tributário. A receita arrecadada não chegou nem mesmo a cobrir as despesas de natureza administrativa ou de custeio das atividades do Estado. Não obstante isso, o montante dos investimentos, em valor ainda superior ao dos exercícios anteriores, contribuiu para agravar o desequilíbrio das contas federais. Daí, o enorme deficit observado em 1961, cuja cobertura efetuou através do processo de emissão de papel-moeda.

Ordinariamente, orçados os gastos oriundos do custeio da máquina administrativa, a poupança pública destinada aos planos de obras do governo tem ficado muito abaixo da cifra correspondente aos investimentos programados. No âmbito federal, em 1961, a parcela do custeio superou a equivalente à receita corrente do Tesouro Nacional.

Conquanto no exercício de 1961 estabelecesse o governo federal normas e planos de contenção de despesas, o resultado final da execução financeira do exercício

acusou um deficit que superou o relativo a 1960 em quase 100%. Para êsse resultado, o financiamento dos deficits das autarquias ligadas ao serviço de transporte ferroviário e de navegação, bem como ao de tele-comunicações, cujos níveis vêm-se elevando permanentemente desde o exercício de 1953, foi causa predominante.

Embora sejam evidentes os esforços de recuperação dêsses órgãos na esfera federal, a parcela atinente à assistência financeira a eles prestada pela União vem ba-

tendo sucessivos recordes. Nenhuma melhoria se observou em 1961 nesse campo; pelo contrário, a União se viu forçada a atender a uma série de reivindicações salariais dos órgãos em causa. A procrastinação da revisão das tarifas desses órgãos, retardada inexplicavelmente, parece constituir o maior óbice para um melhor encaminhamento da matéria. Com tal assistência despendeu o governo federal, em 1961, cerca de 80 bilhões de cruzeiros (contra aproximadamente 30 bilhões em 1960), representando a quase totalidade da suplementação de despesas desses órgãos com o respectivo quadro de pessoal.

No ano passado, forte incremento experimentou o nível das despesas, em face principalmente da adoção do plano de reclassificação de funções do funcionalismo público civil da União (vigente desde julho de 1960) o reajustamento salarial do pessoal militar e civil federal (julho e dezembro, respectivamente, de 1960) cujos efeitos sobre as despesas do exercício de 1961 foram particularmente fortes, em virtude de não haver sido prevista receita equivalente. O deficit do setor público não se agravou, ainda mais, em virtude da contenção a que foram submetidos o orçamento federal e os de outras unidades maiores da Federação. Mesmo assim, o seu montante atingiu cerca de 133 bilhões de cruzei-

ros, contra 77 bilhões em 1960, 43 bilhões em 1959, 28 bilhões em 1958, 40 bilhões em 1957 e 26 bilhões em 1956.

A receita recolhida pelos 3 níveis de governo, isto é, federal, estadual e municipal, somou cerca de 620 bilhões de cruzeiros, registrando um aumento sobre a respectiva previsão orçamentária de aproximadamente 100 bilhões, ou seja, de 20%. Relativamente à despesa de caixa, o seu nível girou em torno de 753 bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de 143 bilhões a mais que o orçado para o exercício. Dessa diferença, a maior parte decorreu da execução do orçamento da União.

FINANÇAS FEDERAIS — EXTRAORDINÁRIO O DEFICIT

No âmbito financeiro federal, cujo campo corresponde a cerca de 50% do pertinente aos 3 níveis de governo, os gastos do exercício ultrapassaram de muito as previsões iniciais. Às despesas constantes do orçamento sancionado, no valor de 302 bilhões, se incorporaram outras relativas a créditos transferidos de exercícios anteriores, no montante de 11 bilhões, créditos a

Numerosas empresas privadas ou estatais em nosso país se valem de informações e dados de **CONJUNTURA ECONÔMICA** em seus balanços e relatórios anuais.

serem abertos no exercício em execução, na importância de cerca de 85 bilhões, além de um contingente imenso representado por gastos obrigatórios para os quais nenhuma dotação fôra prevista no orçamento sancionado.

Êsses últimos dispêndios, correspondentes a gastos efetuados sem crédito ou além do crédito autorizado pelo Congresso Nacional, foram estimados no exercício em aproximadamente 30 bilhões de cruzeiros, tendo em vista que o desequilíbrio do exercício era particularmente elevado. Dêsse modo, o potencial dos gastos da União alcançava cerca de 430 bilhões de cruzeiros, ao passo que os recursos previstos não deviam superar a casa dos 320 bilhões.

O deficit em vista era, portanto, de aproximadamente 110 bilhões de cruzeiros. A fim de reduzir a pressão das despesas sobre a caixa do Tesouro Nacional, as autoridades incumbidas de executar o orçamento da União adotaram, a exemplo dos exercícios anteriores, várias medidas para conter os dispêndios públicos programados, de maneira a diminuir o desequilíbrio em potencial. Foram baixadas normas para a execução orçamentária, bem como fixados critérios para a liquidação de diversos itens da despesa orçada, visando reduzir o deficit a cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Para isso, instituiu-se um plano de economia, no montante

de 39 bilhões de cruzeiros, e estabeleceram-se limites para pagamento de subvenções, auxílios ou contribuição financeira de qualquer natureza e liquidações de resíduos passivos acumulados em exercícios anteriores ao de 1961. Contudo, ainda com a adoção de outras medidas paralelas, não foi possível evitar que o desequilíbrio financeiro da União atingisse o maior índice até então alcançado, de vez que o deficit de caixa do exercício totalizou 130 bilhões de cruzeiros (*ver QUADRO I*), contra pouco mais de 75 bilhões em 1960.

Sob os prismas orçamentários e de caixa, a execução financeira da União, no que tange às despesas, podia ser inicialmente assim estimada:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento sancionado	302
Créditos transferidos	11
Créditos a serem abertos . . .	85
Despesas efetuadas sem crédito	12
Liquidação de resíduos passivos	10
Adiantamentos a entidades públicas	10
Soma	430
Receita provável	320
Deficit em potencial	110

Sob o aspecto contábil de caixa, cumpre salientar que, do total dos gastos acima, algumas parcelas não foram integralmente pagas no exercício. Assim, dos dispêndios relacionados no orçamento sancionado e correspondentes aos créditos adicionais, deixaram de ser provavelmente utilizados cerca de 50 bilhões, dos quais aproximadamente 48 bilhões foram levados a "restos a pagar" para posterior liquidação. Dessa forma, sob o ponto de vista da execução financeira de caixa, o resultado do exercício evidenciou, grosso modo, o seguinte comportamento:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento sancionado	340
Créditos transferidos	5
Créditos abertos	10
Despesas sem crédito	52
Liquidação de resíduos passivos	15
Adiantamentos a entidades públicas	25
Soma	450
<i>Receita provável</i>	317
Deficit de caixa	130

Sob o prisma escritural, estritamente orçamentário, a posição das

contas do Tesouro Nacional ter-se-ia assim apresentado no exercício de 1961:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento e suplementações	402
Créditos transferidos	5
Créditos abertos	10
Soma	417
<i>Receita provável</i>	317
Deficit do exercício (*)	100

(*) Estimativa.

É de observar-se que o desequilíbrio das finanças federais em 1961, tal como nos últimos anos, resultou primordialmente de despesas realizadas sem qualquer autorização legislativa, ou seja, além do orçamento ordinário da União. Basta dizer que os dispêndios de natureza extraorçamentária alcançaram a elevada importância de 92 bilhões de cruzeiros, dos quais cerca de 10 bilhões decorreram de adiantamentos feitos em forma de Letras do Tesouro Nacional a diversos Estados da Federação; 15 bilhões provenientes do financiamento de obras públicas em Brasília e cerca de 40 bilhões em decorrência de subsídios concedidos às autarquias industriais da União, além da cifra da mesma ordem de

grandeza transferida através do orçamento ordinário, para aquelas mesmas autarquias.

Até novembro o comportamento do deficit do Tesouro Nacional acompanhou, grosso modo, a previsão global feita para o exercício, estimado que fôra o desequilíbrio em cerca de 70 bilhões de cruzeiros. Com as liberações de verbas ocorridas nos últimos meses do ano, a utilização maciça dos créditos postos à disposição do governo pelo Banco do Brasil, cujo total alcançava no último dia de novembro 40 bilhões de cruzeiros, e o adiantamento de 10 bilhões aos Institutos de Previdência para atender

encargos de custeio dêsses órgãos, decorrentes do plano de reclassificação do funcionalismo civil da União, o desequilíbrio do Tesouro se agravou de 64 bilhões, isto é, praticamente o mesmo valor do deficit observado até novembro.

Considerando o volume das despesas do Tesouro Nacional em dezembro, num valor global de mais de 90 bilhões de cruzeiros, ou seja, 25% das efetuadas nos 11 primeiros meses do exercício, é de admitir-se que recursos substanciais entregues aos órgãos autárquicos pela União no período foram transferidos escrituralmente para cré-

dito dêsses mesmos órgãos no Banco do Brasil. Haja vista que nesse mês o nível dos depósitos de tais entidades acusou uma elevação de mais de 13 bilhões de cruzeiros. Com isso, o impacto do deficit global do Tesouro sôbre a caixa do Banco do Brasil foi, em dezembro, um pouco atenuado; do contrário, o volume das emissões de papel-

moeda nesse mês, correspondente a 30 bilhões de cruzeiros, teria sido forçosamente mais elevado (*ver QUADRO I*).

EQUILIBRADA A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PAULISTA

Evidenciando a firmeza de direção que caracteriza as finanças do Estado de São Paulo, a execução do orçamento paulista, pertinente ao exercício de 1961 confirmou uma vez mais, como nos últimos anos, a excelente administração

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também

I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO - 1960/61
(Valores acumulados em bilhões de cruzeiros)

MÊS	1 9 6 0					1 9 6 1				
	RECEI- TA	DESPE- SA	DEFICIT DE CAIXA			RECEI- TA	DESPE- SA	DEFICIT DE CAIXA		
			Total	Financiamento				Total	Financiamento	
				Banco do Brasil	Letras do Te- souro				Banco do Brasil	Letras do Te- souro
Janeiro...	10,3	13,4	3,1	2,8	0,3	11,8	21,2	9,4	7,5	1,9
Fevereiro.	21,9	25,7	3,8	3,4	0,4	28,6	46,1	17,5	15,0	2,5
Março.....	33,9	38,8	4,9	3,5	1,4	47,3	68,9	21,6	20,6	1,0
Abril.....	47,5	58,0	10,5	7,1	3,4	64,8	95,4	30,6	24,6	6,0
Maió.....	61,3	78,6	13,5	10,5	3,0	87,9	124,2	36,3	29,9	6,4
Junho.....	79,9	101,2	20,0	15,8	4,2	117,2	159,3	42,1	37,0	5,1
Julho.....	101,5	123,3	21,9	19,1	2,8	150,0	197,9	47,9	45,5	2,4
Agôsto....	124,0	148,5	24,7	21,6	3,1	182,9	239,4	56,5	55,5	1,0
Setembro..	147,1	176,2	29,1	26,5	2,6	216,8	270,7	53,9	54,9	- 1,0
Outubro...	169,9	201,7	33,0	33,0	0,0	250,1	309,3	59,2	64,0	- 4,8
Novembro..	189,3	234,9	44,0	43,8	0,2	275,8	342,1	66,3	72,8	- 6,5
Dezembro..	219,8	297,4	77,6	75,4	2,2	317,4	447,8	130,4	128,9	1,5

Fonte: Banco do Brasil, SUMOC e Ministério da Fazenda.

Nota: Elaborado com base na assistência financeira prestada pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional. Inclui assim despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Os dados referentes à receita e despesa do mês de dezembro de 1961 estão ainda sujeitos a retificação; o relativo ao deficit de caixa representa valores contabilizados pelo Banco do Brasil e integrante do balanço de dezembro de 1961 divulgado por este estabelecimento de crédito.

das finanças públicas do referido governo. Nesse período, mantendo a mesma característica dos anos antecedentes, a execução do orçamento de São Paulo evidenciou equilíbrio entre receita e despesa.

O orçamento sancionado para o exercício, acrescido de despesas equivalentes a créditos adicionais destinados a custeio e ao plano de obras do Estado, deixava antever para o exercício um deficit de cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Todavia, frente ao forte desequilíbrio, o governo, da mesma forma que nos anos anteriores, deu continuidade ao programa de contenção de gastos e maior produtividade dos tributos estaduais. Com a adoção dessas medidas, que na prática evidenciaram uma diminuição dos gastos em potencial, de cerca de 20 bilhões, e a elevação da receita de aproximadamente 30 bilhões de cruzeiros, foi possível manter também equilibrada a execução orçamentária. Assim, sem nenhuma surpresa para os que acompanham a evolução financeira do Estado bandeirante nos últimos anos, deu continuidade esse governo ao esquema de resgate de sua dívida pública, quer a consolidada, quer a flutuante. A estabilidade das contas públicas do Estado está ensinando o saneamento das suas finanças em todos os sentidos.

No que tange à execução orçamentária, o nível da receita e da

despesa se acercou da ordem de 136 bilhões de cruzeiros. A arrecadação do imposto mais importante dessa unidade, ou seja, o de vendas e consignações, atingiu cerca de 106 bilhões de cruzeiros, contra 71 bilhões no ano anterior. O incremento verificado de 49% (40% em 1960) deixa suficientemente clara a evidente sensibilidade desse imposto frente ao ritmo inflacionário ocorrido em 1961.

Há ainda a assinalar o mérito do resultado apurado no exercício de 1961 pelo orçamento paulista, principalmente tendo em vista os encargos nesse ano, decorrentes da elevação salarial dos servidores públicos a partir de janeiro e a carga representada pelos investimentos previstos no plano de ação, respectivamente estimados em 16 e 41 bilhões de cruzeiros. Dessa última cifra o governo foi obrigado a não utilizar no exercício a importância de cerca de 20 bilhões, com o objetivo de não agravar a situação financeira do Tesouro do Estado.

O orçamento da Prefeitura da Capital paulista para 1961 fôra sancionado com um deficit de 2 bilhões de cruzeiros: a despesa fixada e a receita estimada correspondiam, respectivamente, a 14,7 e 12,7 bilhões. Com o acréscimo de novos compromissos provenientes de créditos votados pelo Legislativo municipal, o potencial dos gas-

tos sofreu forte elevação. Todavia, assim se teria desenvolvido a men-

cionada execução escritural, em bilhões de cruzeiros:

PERÍODO	RECEITA	DESPESA	DEFICIT
Janeiro/dezembro	14,0	14,7	— 0,7

Note-se que o nível da receita efetiva do exercício superou de mais de 1 bilhão de cruzeiros (10% apenas) a respectiva estimativa orçamentária, enquanto o da despesa escriturada se manteve mais ou menos na quota consignada pelo orçamento do exercício.

Da mesma forma que nos anos anteriores, a execução desse orçamento em quase toda a sua realização evidenciou saldos favoráveis, ou seja, entre os recursos recolhidos e os gastos liquidados houve constantemente saldo em caixa. Por conta dessa execução e com base em tal critério registrou-se em novembro um superavit de cerca de 1,5 bilhão de cruzeiros. Ainda dentro dessa sistemática, é de se observar haver a execução financeira do município acusado um deficit de caixa em 1961 de menos de meio bilhão de cruzeiros, o que na realidade representou uma recuperação frente ao desequilíbrio em perspectiva no início do exercício. Esse menor deficit de caixa, em confronto com o apurado escrituralmente, decorre da limitação dos recursos, forçando assim a procrastinação do pagamento de despesas devidamente empenhadas.

Em 1961, reduziu-se particularmente a colocação de títulos de dívida lançados comumente por essa municipalidade no mercado de capital de São Paulo. Em face do desinterêsse criado pelo atrativo de outros títulos, mormente os federais, representados pelas letras de importação, cuja remuneração chegou nesse ano à taxa de 40%, os títulos municipais em aprêço d e s a p a r e c e r a m praticamente do mercado mobiliário paulista. Diante desse estancamento, louvou-se o g o v ê r n o municipal, para cobrir o deficit de caixa do exercício, em outra fonte financiadora, qual seja a cobertura pelo sistema bancário, mediante caução de títulos de emissão municipal.

Organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outras, utilizam frequentemente os dados de CONJUNTURA ECONÔMICA em seus estudos e relatórios.

DESIQUILIBRADO O ORÇAMENTO DA GUANABARA

O orçamento dessa unidade da Federação, não obstante sua execução superavitária nos 10 primeiros meses de 1961, deve ter ensejado saldo negativo:

MESES	RECEITA	DESPESA	SALDO
Janeiro	1,8	0,8	+ 1,0
Fevereiro	1,5	1,0	+ 0,5
Março	2,7	1,9	+ 0,8
Abril	2,8	2,3	+ 0,5
Maiο	3,8	2,5	+ 1,3
Junho	2,7	2,1	+ 0,6
Julho	2,5	2,6	— 0,1
Agosto	2,6	2,3	+ 0,3
Setembro	2,3	2,2	+ 0,1
Outubro	3,4	2,4	+ 1,0
Janeiro/outubro	26,1	20,1	+ 6,0

Nota-se assim que no período janeiro/outubro a execução do orçamento em aprêço proporcionou um superavit global de 6 bilhões de cruzeiros. Todavia, no mesmo espaço de tempo, a caixa do Estado da Guanabara foi pressionada por encargos de natureza extraorçamentária pertinentes à liquidação de resíduos passivos de exercícios anteriores. Essas despesas absorveram recursos correspondentes a cerca de 5 bilhões de cruzeiros, ou seja, grande parte do saldo positivo acumulado e decorrente da execução orçamentária propriamente dita. Ainda que nos 2 últimos meses restantes do exercí-

cio se observe a mesma conclusão orçamentária favorável, acredita-se venham os gastos extraorçamentários a absorver, do mesmo modo que nos meses precedentes, as sobras financeiras proporcionadas pelo setor orçamentário.

Esse processo, que se vai tornando usual entre nós, tem evidenciado, em virtude da procrastinação da liquidação de despesas previstas para o exercício, contínua dilatação, haja visto o vulto que vem assumindo o nível da dívida flutuante governamental para o qual o montante dos resíduos passivos participa com a maior porcentagem.

A programação orçamentária estadual para o exercício de 1961 fôra sancionada com um deficit de cerca de 1 bilhão de cruzeiros, atingindo a despesa e a receita, respectivamente, 36,4 e 35,5 bilhões de cruzeiros. Tendo em vista o volume dos recursos arrecadados e o das despesas escrituradas até outubro, é de admitir-se que o nível da receita orçamentária do Estado tenha atingido, em 1961, aproximadamente 37 bilhões de cruzeiros, contra dispêndios, também de natureza orçamentária, no valor de cerca de 40 bilhões de cruzeiros. Assim, sob o prisma orçamentário, a execução do exercício acusou um deficit de cerca de 3 bilhões. Entretanto, sob o aspecto contábil de caixa, pode-se admitir haja o resultado do exercício relativo ao balanceamento das contas de receita e despesas orçamentárias proporcionado um saldo positivo correspondente a cerca de 7 bilhões de cruzeiros, o qual, como já assinalamos, teria sido absorvido pela efetivação de gastos referentes aos resíduos passivos liquidados no exercício.

Com as limitações de receita e principalmente ao volume do pagamento das despesas de natureza extraorçamentária, o governo da Guanabara viu-se forçado a transferir, para a liquidação em exercícios futuros, soma provável-

mente maior que a atinente aos resíduos passivos pagos no exercício de 1961, com o objetivo de ajustar os gastos à real capacidade do Tesouro do Estado e concluir sua gestão financeira sem maiores desequilíbrios.

No último exercício, a receita orçamentária mais volumosa inerente ao sistema tributário do Estado correspondeu à ensejada pelo imposto de vendas e consignações, com o total de 22 bilhões de cruzeiros, ou seja, 60% dos recursos globais dessa unidade da Federação no ano. A arrecadação desse tributo evidenciou assim, em 1961, uma expansão de 43% sobre a do exercício anterior. Dada, porém, a natureza da incidência *ad-valorem* do imposto de vendas, é de notar-se que o incremento de sua receita no exercício de 1961, menor que o do Estado de São Paulo, ficou, entretanto, acima da taxa média anual de elevação dos preços relativamente à do ano anterior (cerca de 37%). A melhoria da produtividade do imposto em aprêço, cujo grau pode nesse caso ser estimado em cerca de 6%, decorreu principalmente das normas administrativas que dispõem sobre o seu campo no Estado da Guanabara, onde o contribuinte e o fisco colaboram com maior intimidade para um controle mais ativo da receita do mencionado tributo.

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O DEFICIT

No campo financeiro governamental o desequilíbrio das contas da União ocupou, no exercício de

1961, como acontece há muito tempo, posição quase absoluta, conforme demonstram os cálculos a seguir estimados, em bilhões de cruzeiros:

NÍVEIS DE GOVERNO	D E F I C I T S	
	CAIXA	ESCRITURAL
União (*)	120,5	100,0
Estados	11,0	6,0
Municípios	1,0	1,0
Total	132,5	107,0

(*) Exclui do deficit de caixa desse nível a parcela de 9,5 bilhões de cruzeiros equivalente a recursos entregues pela União a diversos Estados à conta de empréstimos em forma de Letras do Tesouro Nacional.

Para a cobertura do deficit que se registrou no exercício de 1961, foram adotadas 3 modalidades tradicionais de levantamento de recursos, ou sejam:

a) — suprimimento realizado pelo Banco do Brasil, num total de 128,9 bilhões de cruzeiros;

b) — obtenção de numerário mediante a colocação de Letras do Tesouro Nacional junto aos bancos comerciais, na importância de apenas 1,5 bilhão; e

c) — suprimimento de recursos feitos pelo sistema bancário, ou

pelo mercado de capital aos governos dos Estados e Municípios, no montante de cerca de 3 bilhões de cruzeiros, dos quais aproximadamente 600 milhões couberam ao Banco do Brasil.

Conquanto os deficits constantes dos orçamentos sancionados pelos 3 níveis de governo para o exercício de 1962 totalizem a elevada soma de cerca de 175 bilhões de cruzeiros, o desequilíbrio em potencial das finanças do setor público para esse ano é bem mais acentuado. Boa parcela de gastos que fatalmente pesará sobre a execução orçamentária não figura nos orçamentos sancionados, em virtu-

de de depender ainda de aprovação legislativa, fato ocorrido para algumas unidades após a sanção de lei orçamentária e, para outras, ainda vinculado à deliberação dos legisladores em datas próximas. Tais despesas, equivalentes a reajustamento salarial ou motivadas pela deterioração dos padrões em vigor, montarão a mais de 100 bilhões de cruzeiros, dos quais pelo menos 80 bilhões serão provenientes da elevação de vencimentos a ser concedida ao pessoal civil e militar do setor público federal.

Os orçamentos votados para o exercício de 1962 (União, Estados e Municípios) estima a receita em cerca de 820 bilhões de cruzeiros e a despesa em quase 1 trilhão (aproximadamente 995 bilhões). Estes algarismos significam que a previsão da receita excede a arrecadação de 1961 em cerca de 200 bilhões, isto é, em 30%, ao passo que a despesa orçada ultrapassa de aproximadamente 250 bilhões, ou seja, de também 30% a soma correspondente aos gastos realizados no ano anterior.

Além das perspectivas descritas, já suficientemente desfavoráveis, há ainda a assinalar que a aprovação de proposições atinentes a novos reajustamentos salariais assim como carga de dispêndios extra orçamentários, irão agravar particularmente o desequilíbrio inicial já previsto para o

exercício de 1962. Se considerarmos que o incremento da receita, acima apontado, já representa forte e expansão inflacionária, não comportando, dessa feita, possível dilatação, acreditamos que, com os novos acréscimos de despesa sobre o total consignado nos orçamentos votados para 1962, o deficit de caixa deste exercício venha, ainda que se estabeleça substancial plano de contenção de gastos, a superar de forma expressiva o correspondente ao exercício recém-encerrado.

Com a incorporação de itens de gastos resultantes de insuficiências de verbas, dotações em excesso, adiantamentos a entidades públicas, financiamento de deficit de autarquias, créditos transferidos de exercícios anteriores e a serem abertos, liquidação de resíduos passivos e majorações salariais, o desequilíbrio do exercício é inegavelmente bem mais sensível que o indicado pelas leis de meios votadas. Pode-se estimar que os gastos referidos venham a atingir em 1962 um incremento líquido de cerca de 125 bilhões de cruzeiros, elevando conseqüentemente o potencial das despesas do exercício a aproximadamente 1 120 bilhões. Do confronto dessa última cifra com a receita estimada, decorre um deficit em potencial da grandeza de 300 bilhões de cruzeiros.

Com o estabelecimento de planos de contenção de despesas, que

II - ORÇAMENTOS PARA 1962
(Em bilhões de cruzeiros)

ITENS	UNIÃO	ESTADO DE SÃO PAULO	ESTADO DA GUANABARA	ESTADO DO PARANÁ	PREFEI- TURA DE SÃO PAULO	OUTRAS UNIDADES ^a	TOTAL
Receita...	439,0	160,6	55,1	22,2	18,7	124,4	820,0
Despesa...	573,5	161,7	65,7	32,7	27,1	134,4	995,1
SALDO.....	-134,5	- 1,1	-10,6	-10,5	- 8,4	-10,0	-175,1

^a (a) Estimativa.
Fonte: Orçamentos sancionados.

da parte da programação financeira da União deve no mínimo corresponder a um congelamento de cerca de 100 bilhões de cruzeiros e, no que tange à dos Estados e Municípios, de pelo menos 50 bilhões (a maior parte deve decorrer da contenção a ser procedida pela administração do Estado de S. Paulo), é de admitir-se venha o deficit de caixa do exercício de 1962 a situar-se em torno de 150 bilhões de cruzeiros, ou seja, 50% menos que o previsto. Tal resultado, em termos relativos, corresponderá a ligeira melhoria da suplementação de recursos do erário público, pois, nesse ano, passaria a equivaler a cerca de 18% da receita arrecadada, contra os 20% observados em 1961 sobre o mesmo item.

Da elevação global da receita prevista para o exercício de 1962, a União deverá participar com a importância de cerca de 120 bilhões, ou seja, 37% (sem nenhuma majoração de tributo, visto como, no particular, o Congresso Nacional não teve tempo para votar os

projetos de reforma tributária referentes aos impostos federais de consumo, renda, selo, energia elétrica e sobre os combustíveis, encaminhados ao Legislativo nos últimos meses de 1961 e cuja receita adicional fôra estimada em cerca de 60 bilhões de cruzeiros); o Estado de São Paulo, com 25 bilhões aproximadamente; o Rio Grande do Sul, com 7 bilhões, o Estado da Guanabara, com cerca de 15 bilhões (com reforma tributária aprovada a partir desse exercício).

Dos gastos programados nos orçamentos sancionados para o exercício de 1962, a parcela da União equivale a mais da metade das despesas globais dos 3 níveis de governo (57%), a dos Estados a mais ou menos 37% e a dos Municípios aos restantes 6% (*ver QUADRO II*).

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

Com o desequilíbrio que ameaça as finanças públicas no corrente exercício, cabe, também, examinar

a efetiva capacidade da economia do país para a cobertura do deficit residual do setor governamental. É sabido que o desequilíbrio de caixa que certamente caracterizará a execução do exercício de 1962 se situará abaixo do referente ao potencial evidenciado pelo confronto entre a receita provável e as despesas programadas. Todavia, como já observamos, poderá ainda alcançar valor extremamente alto e insuportável, se não forem adotadas normas drásticas para se reduzir a pressão das despesas programadas. Ainda que essas medidas resultem em contenção de dispêndios equivalente a cerca de 150 bilhões de cruzeiros, o desequilíbrio final não será de pequena proporção, de vez que poderá superar a marca dos 150 bilhões.

No que tange ao financiamento do deficit de caixa da União, que fatalmente corresponderá à quase totalidade do nível previsto para o exercício, além da cobertura que sem dúvida será procedida pelo Banco do Brasil, como banqueiro do governo federal, deverá ainda o Tesouro Nacional valer-se da autorização contida na lei orçamentária do exercício para lançamento de títulos (Letras do Tesouro) no mercado de capitais e da Lei 3 337, de 14-12-57, que permite emitir títulos até a importância líquida em circulação de 30 bilhões de cruzeiros.

Considerando que, em 31 de dezembro de 1961, o saldo em circulação das Letras do Tesouro, emitidas de acordo com a lei mencionada, atingia 22 bilhões de cruzeiros, isto é, 8 bilhões a menos do limite permitido, é de admitir que, frente às limitações dos recursos que eventualmente poderão ser carreados para o Banco do Brasil pelas atividades econômicas do país, venha aquela margem a ser utilizada para o fim de atender as necessidades financeiras da União. Mesmo assim, com o aproveitamento desses recursos, a principal fonte para cobertura do deficit da União será na realidade a caixa no Banco do Brasil, que, pressionada também por outros compromissos, irá fatalmente valer-se da emissão de papel-moeda a fim de atender as volumosas solicitações financeiras do Tesouro Nacional.

AVULTAM-SE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Em que pesem os embaraços originários no setor financeiro público, o nível dos investimentos do setor governamental superou em 1961 as marcas anteriormente alcançadas. Ainda que nesse exercício as autoridades governamentais hajam estabelecido normas sem dúvida mais rigorosas de contenção de gastos, a fim de diminuir o impacto do deficit previsto, o volume dos investimentos públicos efetuados ultrapassou o de

1960. Relativamente aos totais orçados, as importâncias realizadas não se distanciaram muito, tendo em vista os cortes a que foram submetidas. Estima-se que, no setor federal, como no dos maiores Estados da Federação, as contenções registradas se orientaram mais no sentido da procrastinação do pagamento desses itens de gastos e não no da sua efetiva anulação.

Com isso, boa parte, senão a maioria, das obras públicas programadas prosseguiu na sua execução, embora parte da respectiva dotação orçamentária tenha sido contabilizada como resíduo passivo do governo. Neste caso, tais partes foram na realidade financiadas pelos empreiteiros que executam as obras do Estado.

Na esfera federal determinaram as autoridades incumbidas de executar o orçamento da União, medidas com a finalidade de reduzir o potencial dos gastos previstos. Para tanto, baixou o Poder Executivo o Decreto 50 761, de 9 de junho, estabelecendo normas e fixando critérios para liquidação de diversos itens de despesa. Fôra criado um fundo de contenção de gastos, no valor de cerca de 40 bilhões de cruzeiros, para um potencial de dispêndio superior a 400 bilhões. Além disso, a execução orçamentária seria pautada por maior rigor e eficácia, mediante exigência de planos de aplicação e

maior controle das dotações destinadas aos "acordos", "auxílios", "subvenções", suplementação de créditos, restos a pagar e autarquias. Para a constituição do fundo em aprêço, cerca de metade dos investimentos consignados no orçamento da União ficou congelada. Todavia, levando-se em conta o forte desequilíbrio do exercício de 1961, cujo nível superou de cerca de 100% o estimado, é de acreditar-se que a quase totalidade das verbas integrantes do mencionado plano, grande maioria destinadas a investimentos, tenha sido na realidade liberada.

INVESTIMENTOS FEDERAIS

Tendo em vista que substancial parcela das transferências de gastos, feitas do exercício de 1961 para os próximos, num total de aproximadamente 50 bilhões de cruzeiros, dos quais pelo menos 40 bilhões representam despesas de capital, e que dos gastos efetuados nesse ano à conta da rubrica "resíduos passivos", cerca de 10 bilhões representaram dispêndios da mesma natureza, torna-se difícil ponderar com segurança o volume efetivo das inversões públicas.

Além disso, o adiamento criado, de um lado, pelos entraves administrativos do processo de liberação de verbas e, de outro, pela adoção de medidas que visam atenuar a pressão dos encargos sobre a cai-

xa do Tesouro, ainda mais embaraçoso torna o conhecimento exato da grandeza física das obras do Estado, em decorrência do encarecimento dos respectivos custos. A expressão quantitativa das obras em aprêço não pode, nesses casos, corresponder às respectivas previsões, calculadas que são, às vezes a dois anos da efetiva realização. É óbvio que essa decalagem deverá influir no nível dos investimentos governamentais.

É de crer-se que os gastos da União no exercício de 1961 não foram grandemente afetados pelos cortes provenientes do "plano de contenção de despesas". Assim, é de admitir-se que os investimentos

orçamentários e extraorçamentários do governo federal tenham correspondido ao seguinte desdobramento em 1961:

DISCRIMINAÇÃO

Cr\$ BILHÕES

A) — No orçamento da União: (*)

B.N.D.E.	15,0
Petrobrás	1,5
Fundo Naval	0,7
Fundo Aeronáutico	0,7
Saúde	6,0
Educação	11,0
Valorização Econômica da Amazônia e do Vale do Rio São Francisco	8,1
Fundo de eletrificação	3,6
Brasília	1,2
Rodovias	25,0
Ferrovias	5,0
Telecomunicações	0,7
Navegação	1,2
Saneamento	4,0
Portos	3,0
Desenvolvimento do Nordeste ..	2,7
Obras contra as secas	5,5
Outras inversões	20,0
Soma	114,9

B) — Fora do orçamento da União:

Brasília	13,0
Rodovias	16,0
Petrobrás	20,0
Outras Autarquias	10,0
Soma	59,0
TOTAL	173,9

(*) Inclusive verbas transferidas para investimentos.

No exercício de 1961 a programação global dos investimentos da União, Estados, Municípios e órgãos autárquicos federais correspondera a cerca de 250 bilhões de cruzeiros, dos quais somente 5%

TELEGRAMAS PARA O EXTERIOR

VIA

RADIOBRÁS

Pelo telefone, ou chamando nosso mensageiro ...

O Mundo inteiro ao seu alcance.

RADIOBRÁS

CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

Telegramas, Telefone, TELEX e Radiofoto para o Exterior

Rio: Av. Rio Branco, 277 - 9.º andar
Tel.: 52-6000

S. Paulo: Rua 7 de Abril, 338 - Tel. 33-4111

Santos: Rua 15 de Novembro, 46
Tel.: 2-7194

Recife: Av. Rio Branco, 162 - Tel.: 9291 -
9548 - 9549

aproximadamente deixaram de ser aplicados em decorrência de economias orçamentárias. Tendo em vista a apuração parcial do produto nacional bruto em 1961, é de crer-se que as inversões do setor público e privado tenham alcançado nesse ano cerca de 540 bilhões de cruzeiros, contra 380 bilhões em 1960. Relativamente ao produto nacional bruto, as inversões brutas de 1960 equivaleram a uma capitalização provável de cerca de 16%, ou seja, quase a mesma taxa do ano anterior.

Para o exercício em curso os investimentos governamentais previstos nos orçamentos aprovados evidenciam cifras bem superiores às de 1961. O orçamento federal consigna como despesa de capital a importância de 140 bilhões de cruzeiros, contra 77 bilhões em 1961, inclusive as despesas integradas na rubrica "transferências", no valor de cerca de 50 bilhões de cruzeiros.

Levando-se em conta a programação das autarquias, chega-se a um total de cerca de 280 bilhões de

cruzeiros, contra mais ou menos 200 bilhões inicialmente estimados em 1961.

Para o exercício em curso as despesas atinentes aos investimentos da União assim se desdobram:

DISCRIMINAÇÃO	Crs BILHÕES
A) — No orçamento da União: (*)	
B.N.D.E.	11,0
Petrobrás	4,9
Fundo Naval	0,7
Fundo Aeronáutico	0,7
Saúde	12,5
Educação	17,0
Agricultura	9,0
Valorização da Amazônia	7,5
Vale do Rio São Francisco	4,6
Fundo de Eletrificação	4,3
Brasília	2,3
Rodovias	37,0
Ferrovias	16,4
Telecomunicação	2,6
Navegação	1,4
Saneamento	12,7
Portos	5,0
Desenvolvimento do Nordeste ..	3,7
Obras contra as secas	9,6
Outras inversões	27,1
Soma	190,0
B) — Fora do orçamento da União:	
Brasília	15,0
Rodovias	25,0
Petrobrás	30,0
Outras Autarquias	16,0
Soma	86,0
TOTAL	276,0

(*) Inclusive transferências destinadas a investimentos.

Afora as dotações acima observadas e que constituem a maioria das inversões do setor, há outras de natureza extraorçamentária que poderão no transcurso do exercício incorporar-se ao potencial mencionado. Diante do elevado deficit que ameaça o exercício corrente, espera-se que as medidas a serem postas em vigor para a sua contenção cheguem a afetar o nível da programação dos investimentos públicos.

PROGRAMA GLOBAL DO SETOR PÚBLICO PARA 1962

Da mesma forma que no orçamento da União, as despesas previstas nos orçamentos dos Estados e dos Municípios — não só as de custeio, como as decorrentes dos investimentos públicos feitos por esses governos — também evidenciam para 1962 particular incremento. As mais importantes unidades da Federação continuaram os seus planos de obras, visando a ganhar o terreno perdido com as medidas de contenção de gastos ditadas por conjunturas financeiras menos favoráveis.

Considerando-se o nível global das verbas destinadas a cobrir a programação das obras públicas, é de crer-se que os orçamentos da União, dos Estados e Municípios, bem como dos órgãos autárquicos, consignem para o exercício em curso a importância de aproxima-

damente 380 bilhões de cruzeiros, contra cerca de 230 bilhões efetivamente aplicados em 1961.

DÍVIDA PÚBLICA — ACENTUADA EXPANSÃO DO DÉBITO FLUTUANTE

Em 1961, da mesma forma que nos anos anteriores, foi mantido em dia o serviço pertinente a amortização e juros da dívida pública consolidada externa do país. Assim, o saldo dessa dívida em libras e em dólares sofreu reduções de 2 e 11 milhões de unidades, respectivamente. Com as operações registradas em 1961, o saldo dessa dívida reduziu-se no fim do ano a aproximadamente 35 milhões de dólares e a cerca de 8 milhões de libras esterlinas, no que tange à dívida englobada dos 3 níveis de governo.

Quanto à dívida flutuante governamental, o seu saldo foi substancialmente acrescido em 1961. Haja vista que nesse período foi muito dilatado o desequilíbrio das finanças públicas, o qual teve sua cobertura quase totalmente atendida mediante financiamento a curto prazo do sistema bancário (Banco do Brasil). Com isso, estima-se que o saldo da dívida haja aumentado, em 1961, de cerca de 130 bilhões de cruzeiros, alcançando, em consequência, no fim do ano a importância de aproximadamente 320 bilhões. No que diz

III - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA EXTERNA
(Em milhões de unidades)

ANO	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		TOTAL	
	US \$	£	US \$	£ (1)	US \$	£	US \$	£
1949.....	94,0	49,7	60,4	20,2	9,6	2,6	164,0	72,5
1950.....	88,1	28,4	57,1	19,2	8,9	2,5	154,0	50,1
1951.....	82,0	25,4	50,6	17,8	8,1	2,5	140,7	45,7
1952.....	76,7	22,3	47,2	15,6	7,5	2,5	131,4	40,4
1953.....	70,6	19,0	43,4	14,2	6,9	2,4	120,8	35,6
1954.....	64,2	15,7	39,3	13,3	6,3	2,4	109,8	31,4
1955.....	57,7	12,6	35,7	12,1	5,6	2,3	99,0	27,1
1956.....	51,1	9,6	32,0	11,3	5,0	2,3	88,1	23,2
1957.....	45,1	7,7	28,3	10,3	4,4	2,0	77,8	20,0
1958.....	38,8	6,3	24,6	7,9	3,8	1,4	67,2	15,6
1959.....	32,2	4,8	20,9	6,1	3,2	1,0	56,3	11,9
1960.....	25,5	3,3	17,6	5,9	2,6	1,0	45,6	10,2
1961 (▲).	18,0	1,8	14,0	5,5	2,1	0,9	34,1	8,2

Fonte: Conselho Técnico de Economia e Finanças.

(▲) Dados preliminares, estimados pelo C.A.C.E.

(1) Inclusive débito de responsabilidade de órgãos autárquicos estaduais.

respeito à dívida interna consolidada, o seu saldo ter-se-ia reduzido ligeiramente em 1961, sobretudo em vista da continuidade dada pelo governo de São Paulo ao processo de resgate da dívida pública do Estado; calcula-se, assim, que o montante desse débito tenha atingido no fim do ano cerca de 60 bilhões de cruzeiros.

Com o resgate e juros do débito em causa, foram aplicados no exercício de 1961 cerca de 24 milhões de dólares. Esses gastos se processaram em sua maioria pelo mercado financeiro de câmbio e não mais através da taxa cambial favorecida de 100 cruzeiros por dólar, ou moeda equivalente. Assim,

o custo desse serviço, cujo nível nos últimos anos vinha atingindo a ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros, passou em 1961 a cerca de 7 bilhões, dos quais pelo menos 2 bilhões corresponderam ao serviço pertinente à dívida dos governos estaduais e municipais, efetuado pelo Banco do Brasil à conta do Tesouro Nacional.

De responsabilidade direta do governo federal, havia no fim do ano passado um saldo remanescente de 18,5 milhões de dólares e de 1,8 milhão de libras esterlinas, contra 25,5 e 3,3 milhões, respectivamente, no fim de 1960. Quanto à dívida em dólares do Plano A, cujo saldo no fim de 1960 era de cerca

de 22 milhões, reduziu-se em fins de 1961 a 18 milhões, devendo, conforme estabelecem as normas em vigor, ser totalmente liquidada até 1970, não podendo, todavia, antecipar-se essa liquidação. Relativamente à dívida do Plano B, ainda em dólares, seu saldo foi diminuído em 1961 de cerca de 3 milhões, desaparecendo provavelmente, como estava previsto. No que se refere à dívida federal externa em libras esterlinas, a do Plano A, que atingia no fim de 1960 o valor de 3,3 milhões e, em fins de 1961, 1,8 milhão, deverá estar integralmente resgatada até 1963, sendo que no corrente ano se amortizará a parcela de cerca de 1 milhão de libras. Dêse débito, o decorrente do Plano B já foi totalmente resgatado até 1957.

A dívida estadual do Plano A em moeda americana alcançou no fim de 1961 cerca de 14 milhões, contra 16 milhões no fim de 1960 e deverá estar concluído o seu serviço provavelmente até 1996, embora o grosso venha a ser liquidado bem antes. A do Plano B, que se reduzira a 1,8 milhão no fim de 1960, foi, como o previsto, liquidada no ano p. passado. A dívida estadual em libras e referente ao Plano A, cujo saldo baixara, no fim de 1960, a 3 milhões, acusou em 1961 um decréscimo de cerca de meio milhão, devendo estar inteiramente resgatada até o longín-

quo ano de 2088, ao passo que o referente ao Plano B já o fôra em 1959.

O saldo da dívida externa consolidada dos municípios, referente aos compromissos em dólares e ao Plano A, atingia no fim de 1961 cerca de 2 milhões. O respectivo plano de resgate deverá prolongar-se até 1984, enquanto o do Plano B, cujo saldo devedor atingira, em 1960, 0,4 milhão de dólares, deveria ter sido liquidado em 1961. No que tange ao débito das municipalidades, em libras existe somente o do Plano A, de vez que o do Plano B já teve seu serviço liquidado em 1959; o seu saldo alcançou em 1961 cerca de 1 milhão e o integral resgate só deverá ocorrer até o ano de 2006.

Pelo exposto, nota-se que no último dia de 1961 o saldo global da dívida consolidada externa atingia cerca de 57 milhões de dólares, contra 74 milhões no fim de 1960. Se calculado êsse débito à taxa do câmbio que vigora para as transações financeiras, o seu valor em moeda nacional corresponderá a aproximadamente 18 bilhões de cruzeiros.

Para o serviço da dívida em aprêço, os gastos de natureza cambial vêm correspondendo a cerca de 24 milhões de dólares, ou seja, agora, mais de 7 bilhões de cruzeiros anualmente. Tais despesas, na parte referente ao débito da União, correm à conta do orçamento fe-

deral, ao passo que em relação à dívida estadual e municipal, correm à conta da despesa extraorçamentária da União, pois tanto um como outro dos referidos governos não saldaram os respectivos débitos, tendo em vista a reduzida capacidade financeira de seus cofres.

Do saldo remanescente da dívida consolidada externa (convertida em dólares) no fim de 1961, eram da responsabilidade da União 23,0 milhões (40%); dos Estados, 29,4 milhões (51%) e dos Municípios 4,6 milhões (9%). Com o maior decréscimo do débito federal, a participação estadual passou, em 1961, a ser a mais destacada entre os 3 grupos devedores.

DÍVIDA INTERNA CONSOLIDADA

Conforme se verifica há vários anos, pouco variou em 1961 o nível da dívida fundada nacional. A fragilidade do mercado, decorrente do desinterêsse do público, em relação aos papéis emitidos pelo governo manteve-se como nos anos

precedentes. O saldo dessa dívida, que no fim de 1959 atingia 58 bilhões de cruzeiros e aproximadamente 59 bilhões no fim de 1960, teria correspondido a cerca de 60 bilhões no último dia de 1961.

De acordo com os registros contábeis, o saldo em 1959 assim se distribuía: União 12,5 bilhões, ou 22%; Estados 34,7 bilhões, ou 60%; e Municípios 11,0 bilhões de cruzeiros, ou 18%.

Em 1961, não obstante algumas emissões federais provenientes do plano de reaparelhamento econômico e de operações de crédito efetuadas por governos estaduais e municipais, o saldo da dívida em aprêço experimentou diminuto incremento. Para isso concorreu muito o esforço feito pelo governo do Estado de São Paulo no sentido de manter ativo o seu serviço de resgate da dívida pública. Foi graças a essa atitude que o montante de tal débito não sofreu maior dilatação no exercício. Dessa forma, estima-se que o saldo em questão tenha assumido em 1961 os seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ bilhões	%
União	13,2	22,0
Estados	34,2	57,0
Municípios	12,6	21,0
Total	60,0	100,0

Do saldo da dívida fundada interna de origem estadual, aproximadamente metade pertence ao governo de São Paulo, 24% ao de Minas Gerais, 8% ao do Rio Grande do Sul e 6% ao da Bahia. Do montante da responsabilidade municipal, cerca de 90% provinham da Prefeitura da capital do Estado de São Paulo, seguida da de Salvador e Belo Horizonte.

Embora em menor escala, observou-se em 1961 o mesmo processo adotado nos anos precedentes, qual seja o da colocação de títulos públicos, mormente de procedência municipal, com acentuado deságio. Tais operações encontraram forte concorrência por parte de outros títulos de emissão federal, que, em virtude de particularidades, passaram a proporcionar maior remuneração e atratividade.

No que concerne ao débito da União, o seu saldo pouca alteração acusou em 1961. Com exceção de pequenas emissões resultantes de processo de substituição ou originárias de empréstimos compulsórios relativos ao adicional do imposto de renda resgatável pela União, através do BNDE, nenhuma outra operação de vulto caracterizou o mercado mobiliário nacional. Da mesma forma que nos últimos tempos, procurou o governo outra saída para solucionar o problema do desequilíbrio financeiro da União, dando preferência

ao levantamento de recursos junto ao seu banqueiro — o Banco do Brasil — e não em fontes representativas da poupança pública.

A cobertura adicional dos dispêndios do governo, através da assistência financeira prestada pelo Banco oficial, geralmente procedida com a emissão de papel-moeda, é, devido à sua facilidade e simplicidade, o processo mais usual. Com isso, a captação de poupança do setor privado é relegada a plano secundário, tornando-se quase invariável o nível do débito em aprêço, enquanto cresce o volume da dívida flutuante num ritmo particularmente exagerado, embora o governo proceda de tempos em tempos à redução desse último débito, acertando contas com o Banco do Brasil, através das conhecidas encampações de papel-moeda.

O processo utilizado pela União não se estende ao campo financeiro estadual e municipal, razão pela qual êsses governos voltaram mais freqüentemente sua atenção para o mercado de capital, a fim de levantar recursos necessários para cobrir os respectivos compromissos financeiros. Todavia, para atingir essa finalidade, são forçados a colocar seus títulos a preço muito abaixo do par, visando a atrair maior número de compradores. Oferecem deságio que às vezes corresponde à metade do valor nominal dos títulos emitidos, ensejando

assim a elevação dos juros que tais papéis abonam periodicamente.

Em face do permanente desequilíbrio das finanças desse setor, os mencionados governos não podem normalizar o serviço de suas dívidas consolidadas, limitando-se comumente ao pagamento de juros aos tomadores de tais papéis. Sem critério de resgate e liquidação das emissões realizadas, acentua-se cada vez mais o descrédito do público relativamente ao mercado de títulos governamentais.

Ao sucesso aparente e imediato das colocações de títulos com grande deságio, sucedem-se dificuldades que as administrações subsequentes não conseguem atenuar. É que os gastos com os juros decorrentes de tais emissões passam, em período relativamente curto, a constituir encargos de efeito menos positivo que as vantagens financeiras advindas da produtividade daquelas colocações.

Contrastando com a regra comum, o governo de São Paulo procura consolidar definitivamente o débito do Estado, através do saneamento de suas finanças, de modo a restabelecer plenamente o crédito do público nos títulos de sua emissão. Aliás, os frutos da política de austeridade, firmeza e determinação do governo do Estado refletem-se nas cotações de seus principais títulos em Bolsa. Enquanto as obrigações do café eram cotadas, em 1956, a 595 cruzeiros (títulos de 1 000), em 1960 atingiam

960; as apólices ferroviárias evoluíram no mesmo período de 585 para 845 cruzeiros; e as cotações dos famosos bônus rotativos melhoravam de 92,50 cruzeiros para 96,00 (títulos de 100).

No exercício de 1961, cerca de 1 bilhão e meio de cruzeiros se destinaram a atender aos compromissos decorrentes de amortização da dívida consolidada do Estado; já no exercício anterior o saldo desse débito sofrera uma redução de 1,4 bilhão de cruzeiros, baixando de 16,6 bilhões, no fim de 1959, para 15,2 bilhões, no último dia de 1960.

DÍVIDA FLUTUANTE: — Forte aumento em 1962

Os compromissos financeiros do governo decorrentes de operações de crédito a curto prazo e do empenho de despesa não paga no exercício, integrantes do débito flutuante do setor público, acusaram acentuado aumento em 1961. Basta dizer que, no fim de 1960, o saldo dessa dívida atingira cerca de 300 bilhões de cruzeiros, contra aproximadamente 430 bilhões, no fim do ano passado. Desse último valor, pelo menos 140 bilhões de cruzeiros correspondiam a resíduos passivos, isto é, restos a pagar dos orçamentos sancionados e cuja efetivação não ocorrera nos respectivos exercícios, em virtude de adoção nesses anos de programa mais intenso de contenção de gastos.

Dos compromissos relativos aos resíduos passivos assinalados, cabiam à União cerca de 50%, ou seja, 70 bilhões, aos Estados 56 bilhões e os restantes 14 bilhões aos municípios. No que tange ao resto da dívida flutuante no fim de 1961, num total de 300 bilhões, cabia êle a débito contraído principalmente junto ao sistema bancário e particularmente no Banco do Brasil.

Com a constatação do desequilíbrio recorde das finanças federais em 1961, praticamente todo êle coberto com recursos levantados junto ao sistema bancário e através de colocação de títulos públicos (Letras do Tesouro), o saldo da dívida flutuante evidenciou, como decorrência, uma elevação extraordinária no exercício. Haja vista que só o deficit de caixa do Tesouro Nacional fôra de 130 bilhões de cruzeiros. Com isso, espera-se que o montante da dívida pública flutuante tenha alcançado no fim de 1961 soma superior a 430 bilhões de cruzeiros — acrescida, portanto, nesse ano de cerca de 45%. Do nível registrado em 1961, 80% decorriam de débitos da União, 15% dos Estados e os restantes 5% dos Municípios.

Excluída a importância relativa aos resíduos passivos, apenas o débito do Tesouro Nacional atinente aos financiamentos obtidos junto ao Banco do Brasil alcançava, no fim de 1961, cerca de 260 bilhões de cruzeiros. Só em juros estima-

se que as despesas do governo com a dívida flutuante bancária tenham atingido em 1961 uns 15 bilhões de cruzeiros, os quais, acrescidos da soma pertinente aos serviços das dívidas externa e interna, teriam totalizado cerca de 30 bilhões de cruzeiros, ou seja, 5% dos gastos efetivos do exercício.

Considerando o custo do débito flutuante da União referente aos financiamentos dos seus deficits, junto ao Banco do Brasil, torna-se agora muito mais imperiosa a aceleração do processo de encampação do papel-moeda, cuja matéria, constante de um projeto de lei, encontra-se em exame no Congresso Nacional. Dadas as operações que envolvem o sistema emissionista, quanto mais rapidamente se efetivar a encampação solicitada pelo governo, menos despesa terá realizado o Tesouro no corrente exercício. Basta dizer que só em virtude dos débitos correspondentes à cobertura dos deficits da União relativos aos exercícios de 1959, 1960 e 1961, num valor global de mais de 200 bilhões de cruzeiros, deverá o Tesouro, em 1962, pagar ao Banco do Brasil, a título de juros, cerca de 12 bilhões, ou seja, em média, 33 milhões diariamente.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.